

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 518.960 - SP (2019/0189297-7)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : JOÃO PAULO PIRES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOÃO PAULO PIRES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso ordinário, impetrado por **JOÃO PAULO PIRES**, de próprio punho, contra decisão do eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que, de acordo com as informações prestadas pela eg. Corte estadual (fls. 15-24), o paciente foi condenado à pena de 12 (doze) anos e 6 (seis) meses de reclusão.

Consta que impetrou **habeas corpus** na origem pleiteando correção da data de progressão ao regime aberto, sendo que o **writ** restou indeferido liminarmente, por não ser a via adequada.

No presente **mandamus**, o impetrante-paciente, em confusa impetração, alega que já cumpriu lapso temporal de 1/6 (um sexto) da pena, o que seria suficiente para progressão ao regime semiaberto, por atender aos requisitos previstos.

Requer, ao final, a concessão da ordem para retificar os cálculos e conceder-lhe a progressão ao regime semiaberto.

Não houve pedido liminar

As informações foram prestadas às fls. 15-24.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, a il. **Defensoria Pública** foi intimada, tendo se manifestado às fls. 32-34 asseverando que, "*o paciente protocolizou, de próprio punho, a presente petição solicitando, ao*

Superior Tribunal de Justiça

que parece, a concessão da ordem de habeas corpus no sentido de obter retificação de cálculo e deferimento de benefícios em sua execução penal. Todavia, conforme informações prestadas, houve o deferimento do pedido de progressão ao regime semiaberto em favor do paciente em 05.07.19 (e-STJ, fls. 16/17). A providência requerida nesse writ, portanto, e salvo melhor juízo, encontra-se prejudicada, pois, atendida".

Por sua vez, o Ministério Público Federal manifestou-se, à fl. 37, pela prejudicialidade do **mandamus**, em parecer com a seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS. CUMPRIMENTO DE MAIS DE 1/6 (UM SEXTO) DA PENA. PROGRESSÃO PARA O REGIME PRISIONAL SEMI ABERTO. PRETENSÃO SATISFEITA PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO CRIMINAL. WRIT PREJUDICADO."

É o relatório.

Decido.

De fato, o presente **habeas corpus** encontra-se **prejudicado**.

Conforme informações prestadas pelo eg. Tribunal de origem, às fls. 22-24, constata-se que o d. Juízo da Execução, em 5/7/2019, concedeu ao ora paciente a progressão ao regime prisional semiaberto, o que demonstra que houve a perda superveniente do objeto do presente **mandamus**, uma vez concedido o direito, na origem.

Nesse sentido a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça:

"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECUSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. SUPERAÇÃO DO ÓBICE IMPOSTO PELO ENUNCIADO DA SÚMULA N. 691 DO STF. IMPOSSIBILIDADE. TRÁFICO DE DROGAS. MÉRITO DO WRIT ORIGINÁRIO JULGADO NA ORIGEM. PREJUDICIALIDADE. PERDA DE OBJETO. HABEAS CORPUS PREJUDICADO.

[...]

III - O presente writ investe contra decisão proferida por em. Desembargador de Tribunal de Justiça que denegou o pedido liminar em habeas corpus impetrado na origem. Sobre o tema, contudo, insta consignar que a jurisprudência desta Corte há muito já se firmou no sentido de

Superior Tribunal de Justiça

que, ressalvadas hipóteses excepcionais, descabe o instrumento heróico em situação como a presente, sob pena de ensejar supressão de instância. Tal matéria encontra-se, inclusive, sumulada, conforme se depreende do enunciado sumular nº 691/STF, in verbis: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar".

IV - Segundo informações obtidas no sítio eletrônico do eg. do Tribunal de origem, verifica-se que sobreveio julgamento definitivo do habeas corpus originário em 08/03/2018. Desse modo, forçoso reconhecer a prejudicialidade do presente mandamus, tendo em vista a perda superveniente de seu objeto, uma vez que os seus argumentos, expostos contra a decisão monocrática que indeferiu a medida liminar, restaram superados com o julgamento definitivo do writ na origem.

Habeas Corpus prejudicado" (HC 433.833/SP, **Quinta turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 30/4/2018, grifei).

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO DE DESEMBARGADOR QUE INDEFERIU PEDIDO LIMINAR. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ÓBICE DA SÚMULA 691 DO STF.

[...]

3. A superveniência do julgamento de mérito do habeas corpus originariamente impetrado torna prejudicado o presente writ, visto que uma nova decisão foi proferida, substituindo o decisum aqui atacado, qual seja, o que indeferiu a liminar pleiteada no remédio constitucional lá impetrado.

4. Agravo regimental não provido" (AgRg no HC n. 289.064/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe de 15/9/2014, grifei).

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XI, do RISTJ, **julgo prejudicado o habeas corpus.**

P. I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
Relator

